
MP quer impedir nepotismo na Universidade de Pelotas

O Ministério Público Federal recomendou à reitoria da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) e a duas de suas fundações de apoio o cancelamento de dois projetos usados para a contratação de pessoal sem concurso público.

De acordo com as investigações do MPF, a fundação tem servido para a contratação de parentes de dirigentes da Ufpel, sem processo seletivo. Ainda segundo o MPF, um vigilante, sem formação superior, assumiu cargo de direção de um centro de pesquisa da universidade. Também foram nomeados sua mulher e três irmãos. O filho de um pró-reitor é técnico de informática pela fundação.

O procurador da República em Pelotas, Max Palombo, explica que “as contratações são ilegais por si só, já que a lei das fundações de apoio veda a contratação de pessoal para o desempenho de atividades permanentes na universidade”.

O reitor da universidade tem cinco dias para se explicar. A recomendação pede a imediata exoneração de todos os servidores vinculados a estes projetos, parentes ou não, contratados sem concurso e desempenhando funções exclusivas dos servidores técnico-administrativos da instituição.

Date Created

27/04/2007